

SESSÕES DO PLENÁRIO

86ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de outubro de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. CARLOS UBALDINO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fernando Torres, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, João Bonfim, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Sandro Régis, Tarcizio Pimenta, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira e Yulo Oiticica (45).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Registro as presenças dos deputados Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Gilberto Brito, Gildásio Penedo, Heraldo Rocha, J. Carlos, João Bonfim, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Rangel, Roberto Carlos, Sandro Régis, Tarcízio Pimenta e Yulo Oiticica.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para ler o expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Roberto Carlos, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Edson Pimenta, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 08 a 11/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Luiz Argôlo, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01, 09 e 17/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis por até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, amigos da *TV Assembléia*, lerei agora a nota do senador César Borges em resposta ao governador Jaques Wagner.

(Lê) “É lamentável que um governador desça do necessário protocolo para dirigir-se a outra autoridade com tal falta de estilo e sobriedade, numa agressividade totalmente desnecessária ao ambiente político que vive hoje a Bahia;

Esclareço que, em nenhum momento, relatei a jornalistas meus entendimentos com o governador; mas diante dos fatos sou obrigado a dizer que fui, sim, procurado pelo governador na quarta-feira passada, dia 8, por volta das 20 horas, em contato telefônico no qual apresentou a oferta da secretaria da Agricultura em troca de apoio ao candidato dele à prefeitura de Salvador e ao seu governo, na Assembléia Legislativa;

Foi a repetição, no estilo e no conteúdo, de oferta feita pelo seu governo no primeiro turno, para que apoiássemos o candidato do PT;

Ouvi com atenção e prometi ao governador; como era do meu natural dever, levar a proposta para discussão no âmbito do PR, dando resposta oportunamente; posteriormente, na sexta-feira, dia 10, tentei expor ao governador a decisão do partido, mas já não fui atendido;

Ao contrário de um entendimento cordial, o governador preferiu iniciar um processo de sabotagem contra o PR, tentando dividir o partido oferecendo vantagens - inclusive a própria secretaria - para que companheiros nossos apoiassem seu candidato a prefeito, na intenção de esvaziar o evento de apoio ao candidato a prefeito do PMDB que ocorreria no sábado;

Esta atitude desrespeita um partido e suas instâncias de decisão, atentando contra a prática democrática, agravada pela promessa de favor da máquina pública;

Só posso atribuir a reação destemperada do governador ao desconforto por vir a conhecimento público seu estilo de política pouco republicano, faltando-lhe

coragem para assumir o que faz;

Infelizmente, o governador baiano não convive bem com a pluralidade nem aceita a divergência política, exigindo que se diga sempre sim e reagindo com desrespeito quando é contrariado;

Por último, o governador Jaques Wagner está desafiado também a relatar, sob pena da leviandade, qual prova que possui para atribuir a mim o grampo contra o ministro Geddel Vieira Lima, posto que já estava fora do governo baiano quando tal fato se deu, razão pela qual fui excluído do processo preliminarmente pelo juiz federal que cuidou do caso.

Senador César Borges.”

E para concluir, Sr. Presidente, quero hipotecar o meu apoio ao senador César Borges, como também tenho autorização para trazer as palavras de apoio do ex-governador Paulo Souto ao senador César Borges, porque nós, políticos e baianos, conhecemos a sua conduta, a sua vida pública e a sua história perante o nosso Estado e perante os baianos.

Voltarei mais tarde a esta tribuna trazendo fatos para que esta Casa julgue quem realmente está com a verdade da palavra, com a verdade dos fatos.

O meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre Líder da Oposição, deputado Gildásio Penedo, pelo tempo de 5 minutos. (Pausa) Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo por 5 minutos. Na ausência dele, com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos. (Pausa) Com a sua desistência, tem a palavra o nobre deputado Clóvis Ferraz durante 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o resultado das eleições nos trouxe algumas lições. Quando o governo Jaques Wagner - o seu partido - diz que fez não sei quantos prefeitos em não sei quantos municípios, é preciso analisar também que não é verdade. Se nós formos olhar os resultados com os números das cidades, considerando as coligações partidárias nelas, enfim, os diversos fatores que influenciaram, verificaremos que o quadro não é assim tão positivo para o PT como o governo diz. Porque mesmo o Partido dos Trabalhadores estando com a máquina, atropelando e usando tudo o que estava ao seu alcance para alcançar resultados positivos, ele não foi tão bem assim.

Verificando os repasses obrigatórios e constitucionais e os repasses de convênios aos municípios, veremos uma grande disparidade em que o governo, tanto estadual quanto federal, atendeu prioritariamente a maioria esmagadora dos municípios da sua base, principalmente os governados pelo PT.

Aqui temos dados só do governo federal. São exemplos de alguns municípios daqui da Bahia, os 15 que receberam as maiores verbas. Lauro de Freitas: 18,4 milhões de reais em convênios. Aí não são verbas constitucionais e obrigatórias, de FPM, nada disso. São convênios com o governo federal, governo do PT. Simões Filho, PT: 7,1 milhões. Vitória da Conquista, PT: 3,6 milhões. Verbas em convênios.

Alagoinhas, PT, 3,1 milhões, Ilhéus, PSB, da base do governo, 5 milhões, Jequié, PTB, da base do governo, 19 milhões, Teixeira de Freitas, PSDB, apenas 820 mil reais, Barreiras, do PSDB, município com 129 mil habitantes, recebeu apenas, deputado Júnior Magalhães, 359 mil de convênio do governo federal, é uma grande discriminação, e Camaçari com 1,3 milhões de convênios.

Então, vamos verificar que, se pegarmos a lista dos convênios do governo do Estado, só os municípios, principalmente os governados por prefeitos do PT, receberam esses convênios, porque há alguns tipos de repasses para os municípios, as verbas dos repasses constitucionais como as do FPM, do Fundef, do Fundeb e as da pactuação do SUS. Mas as verbas de convênios o governo e o povo têm direito a esses municípios, porque são recursos de impostos que são repassados para os municípios sob forma de convênio. E vamos verificar que este governo, que se diz republicano, discrimina - tanto o estadual como o federal - os municípios que são governados por partidos que não são de sua base de sustentação, principalmente discrimina os partidos, colocando essas verbas nos municípios governados pelo PT. Tanto o governo estadual como o federal, o governo do PT de Jaques Wagner e o de Lula, têm feito isso de uma maneira escancarada, repassando esses convênios somente para os municípios de sua base.

Estão aqui os dados do jornal *A Tarde* mostrando essa discriminação que se faz nos municípios com o dinheiro público. Não importa o governo que esteja de plantão, se é do PT, se é do DEM, importa que esses recursos têm que ser repassados para os municípios porque o dinheiro é do povo, o dinheiro vem dos impostos do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, não pode haver essa discriminação, e um governo que se diz republicano faz essa discriminação de forma escancarada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Roberto Carlos cede seu tempo ao deputado Gildásio Penedo.

Com a palavra o deputado Gildásio Penedo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente, Galerias, em primeiro lugar quero agradecer a gentileza do deputado Roberto Carlos, que de forma muito gentil nos cedeu o seu tempo no Pequeno Expediente.

Sr. Presidente, a Oposição hoje, ou melhor dizendo, na última sexta-feira comemorou com muita alegria o resultado de uma decisão, de um mandado de segurança perpetrado pela Oposição desta Casa, mais especificamente pelo partido à época PFL também pelo PR e PTN acerca da composição das comissões temáticas nesta Casa e do cálculo da proporcionalidade.

O Tribunal de Justiça na última sexta-feira, através do seu Pleno, decidiu de forma soberana, independente e por maioria ampla dos seus membros conceder a segurança ao nosso mandado de segurança, Sr. Presidente, fazendo valer justiça nesta

Casa; justiça essa que conclamamos tanto a V.Ex^a, que não utilizasse a força de uma Maioria constituída naquele momento para tentar sufocar o direito pleno de uma parcela importante dos eleitores da Bahia, que elegeram representantes através do Bloco da Minoria Parlamentar.

Alegávamos naquela época, Sr. Presidente - até que havia já uma tendência consagrada no TSE, e posteriormente no próprio Supremo Tribunal Federal -, que o mandato pertence aos partidos políticos, deputado Yulo Oiticica, e que não poderia haver, como houve, de forma muito forte, um processo de cooptação do governo do Estado, o que, de fato, mudou e desconfigurou o resultado das eleições, quando o povo baiano, de forma democrática, soberana e independente, fez a composição do Parlamento baiano.

Entendíamos dessa forma e ajuizamos a ação. Em caráter liminar, foi-nos negada a ordem. Mas, de forma soberana, deputado Roberto Carlos, na sexta-feira passada o Pleno do Tribunal de Justiça, de forma independente, friso, deu voz e vez a uma decisão já consagrada pelos órgãos superiores: que o mandato pertence aos partidos políticos e não aos parlamentares. Estive hoje, pela manhã, deputado Roberto Carlos, na Procuradoria Geral desta Casa e recebi a informação de que a Casa ainda não foi notificada.

E não tenho dúvida, por sua presteza e diligência, que o Presidente desta Casa, representando-se neste momento como o principal condutor de todos aqui, haverá de cumprir de imediato a decisão do Poder Judiciário baiano. Até porque, deputada Maria Luiza, qualquer que seja o recurso perpetrado por este Poder não terá efeito suspensivo. A Casa deve, de logo, proceder àquilo que é o entendimento do Poder Judiciário baiano, que mandou refazer as contas para que a Minoria tenha assegurado o seu espaço, concebido e legitimamente outorgado nas eleições de outubro de 2006.

Assim como em um outro pleito, deputado Yulo Oiticica, a Justiça baiana determinou em sua plenitude, pelo menos foi o que vimos, a alternância nas escolhas das comissões, deputado Yulo Oiticica. O que o governo quis impor aqui, deputado Paulo Azi, de forma autoritária e arrogante, foi relegar à Oposição um papel extremamente secundário, deputada Maria Luiza.

No passado, aqui o governo tinha as comissões ditas cruciais, como Justiça, Finanças e Orçamento, Saúde e Educação, mas cabia à Oposição comissões importantes, como a de Direitos Humanos, que, inclusive, projetou nomes como Nelson Pelegrino, Lídice da Mata e Yulo Oiticica.

E, assim, o governo, de forma autoritária, passou por cima do ditame regimental, passou por cima da vontade expressa por grande parcela da população eleitoral. E hoje vimos, deputado Heraldo Rocha, resgatada essa vontade. Quero, aqui, de logo, parabenizar o Poder Judiciário, que, de forma ativa, colocou-se de forma independente, fazendo resgatar aquilo que o eleitor consagrou nas urnas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Portanto, Sr. Presidente, o nosso apelo é: logo que esta Casa seja notificada, que V.Ex^a faça cumprir o rito da Casa e a determinação do Judiciário baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito, pelo tempo de até 5 minutos.

Com a palavra o nobre deputado Gilberto Brito, pelo tempo de até 5 minutos.

Na ausência, com a palavra o deputado Júnior Magalhães, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, poderia vir a esta tribuna apresentar uma moção de aplausos ao Banco do Brasil por seus 200 anos, mas, infelizmente, trago uma denúncia gravíssima. O superintendente estadual do Banco do Brasil já tem conhecimento dela. Na semana da eleição, na Cidade de Candeias, foram distribuídas na Prefeitura 5 mil ordens de saque, documento interno do Banco do Brasil. Já denunciemos ao presidente do Banco do Brasil, ao Tribunal de Contas dos Municípios e ao Ministério Público Estadual. Eu fico impressionado, Sr. Presidente, com o fato de uma instituição como o Banco do Brasil participar de um ato tão ruim e tão lesivo à democracia.

Deputada Maria Luiza Laudano, veja o absurdo. A Prefeitura de Candeias tem, por lei, 1.685 cargos em comissão. Foram nomeados, no mês de setembro, 4.935 cargos em comissão sem previsão legal. Não abriram as contas, os Srs. Servidores não tinham conta-corrente, o banco estava em greve, precisavam passar uma imagem de que iriam pagar, acertaram com o Banco do Brasil e emitiram esses documentos sem nenhum valor legal, sem assinatura, apenas com o CPF, o nome e o valor que a pessoa receberia.

E o mais impressionante, Srs. Deputados, o banco continua em greve, mas a agência do Banco do Brasil de Candeia está aberta há dez dias para receber e recolher esses documentos. O servidor vai lá, leva esse documento, batizado na cidade de “chequinho”, e de chequinho não tem nada, não tem assinatura nenhuma, é documento interno do Banco do Brasil, vai até o vigilante, é a senha para entrar no banco.

Então, Sr. Presidente, fico impressionado com o Banco do Brasil, que completa 200 anos, sobre o qual poderíamos aqui estar fazendo uma moção de aplauso, e ele participa disso. O Sr. Superintendente já tem conhecimento, inclusive oficialmente, e ele me manda uma correspondência dizendo que só distribuiu mil recibos desses. O próprio superintendente estadual, Dr. Rodrigo, confirma que foi distribuído dentro da Prefeitura de Candeias. Então veja o absurdo que é cometido nos municípios nesse período eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho seis anos nesta Casa e não trago questões municipais a esta tribuna. Trouxe esta questão hoje porque eu acho muito grave, envolve uma instituição como o Banco do Brasil, que participa também de um crime eleitoral, de uma captação ilícita de sufrágio, distribuindo cinco mil ordens de pagamento, deputado Yulo Oiticica, dentro da Prefeitura de Candeias, documento interno do Banco do Brasil, que só poderiam ser distribuídos dentro da agência.

Quando vamos ao caixa do banco, deputado Gilberto Brito, não temos o cheque nem o cartão, e se queremos fazer um saque da nossa conta o caixa preenche e nós assinamos.

Infelizmente, esse documento foi distribuído na semana da eleição, cinco mil documentos desses foram distribuídos para passar uma imagem de que os servidores receberiam os seus salários. E como a semana inteira o banco estava em greve, o correntista normal não pode ingressar no banco. Eu estive lá e fui barrado. Mas quando mostra esse documento, a pessoa ingressa no banco, mostra no caixa e recolhe o seu valor. Esse é o absurdo, e eu quero, desta tribuna, fazer esta denúncia gravíssima contra o Banco do Brasil.

Já encaminhamos um ofício ao Dr. Antônio, que é o presidente nacional do Banco do Brasil, uma instituição tão séria que completa 200 anos e jamais poderia participar de um ato como este, até porque servidor público recebe seu salário na conta-corrente, e não através de ordem de pagamento emitida como esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o próximo orador inscrito, Tarcízio Pimenta, pelo tempo de 5 minutos. Na sua ausência, com a palavra o deputado Elmar Nascimento. Na sua renúncia, com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano. Com a sua renúncia, com a palavra o deputado Yulo Oiticica. V.Ex^a dispõe de 5 minutos, deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero chamar a atenção para este momento pós-eleitoral, quando muitos de nós ainda estão juntando os cacos e outros fazendo a festa. Isso é natural. Deputado Paulo Rangel, sem dúvida estamos fazendo festa, porque o PT da Bahia foi o mais vitorioso do Brasil; proporcionalmente foi o que mais cresceu em todo o País. Em 2004, elegemos 19 prefeitos; agora, 69. Ou seja, crescemos substancialmente.

O deputado Paulo Câmara está torcendo contra. Já temos 66 e chegaremos a 69, pois não tenho dúvida de que a Justiça dará ganho de causa a alguns dos nossos candidatos que estão numa importante luta judicial.

Mas quero chamar a atenção, Srs. Deputados, que nós passamos, de fato, por um momento morno – o que é normal – porque muitos parlamentares estavam fazendo campanha nas nossas bases. A grande imprensa, infelizmente, deputada Maria Luiza Laudano, não reconhece esse trabalho, mas ele é importantíssimo e deve ser feito, porque é um papel que nos cabe para o fortalecimento da democracia representativa e participativa. Entretanto, lamentavelmente, é um trabalho mal compreendido pela mídia, como já disse, mas temos de fazê-lo.

E quero chamar a atenção, Sr. Presidente, para um projeto relacionado ao Plano Estadual de Políticas Públicas para a Juventude, oriundo do Executivo, que deve chegar a esta Casa nos próximos dias. Naturalmente, deveremos fazer o bom debate na expectativa de enriquecê-lo e de aprová-lo, posteriormente, com ou sem adendos via emendas de deputados desta Assembléia.

Quero ainda, Sr. Presidente, me referir ao episódio relacionado ao deputado Roberto Muniz. Ele está ausente do Plenário neste momento, e não vou entrar no mérito dessa questão na sua ausência. Mas certamente a sua assessoria está nos ouvindo, e eu quero que ela reproduza *ipsis litteris* o que estou dizendo aqui, tendo em vista que passaram, parece, uma versão diferente ao deputado.

Enfim, quero reiterar, em auto e bom som, que só entrarei no mérito dessa questão com a presença do deputado Roberto Muniz, por entender que ele merece todo o respeito num bom embate democrático das idéias, com a boa metodologia que manda a bula da democracia, que é o debate olho no olho, como tem de ser. Assim é que deve ser a expressão da coragem de um bom parlamentar, da coragem do bom debate nesta Casa.

Entretanto, Sr. Presidente, para que não reste nenhuma dúvida, quero ler na íntegra o parágrafo em que falo sobre o deputado Roberto Muniz num pronunciamento que fiz na semana passada nesta Casa.

Fiz três longos discursos no primeiro dia de sessão após as eleições – eu era o único Vice-Líder do governo no Plenário –, e num deles fiz o relato das eleições, mais especificamente do resultado eleitoral. E falei em três parágrafos das eleições em Lauro de Freitas. Dois desses parágrafos tratando especificamente da prefeita reeleita, ex-deputada Moema Gramacho, esse brilhante quadro político que tem o Partido dos Trabalhadores no Estado da Bahia. Em apenas um parágrafo falei exatamente o seguinte sobre o deputado Roberto Muniz: *“O deputado Roberto Muniz, que disputou com a nossa companheira, prefeita Moema Gramacho, não o fez nos moldes do bom debate republicano, do bom debate democrático de idéias e apelou, muitas vezes, ou permitiu que seus correlegionários apelassem para métodos mesquinhos, antiéticos, desleais.”* Essa foi a frase que me fez aqui relatar a participação do deputado Roberto Muniz.

Portanto, deputados e deputadas que ora compõem esta Mesa, em momento algum comentei absolutamente nada que abalasse a integridade moral do deputado Roberto Muniz. Concluo, Sr. Presidente. Não irei entrar no mérito da questão. Como já disse, ficarei no bom debate, olho no olho, pelo respeito que merece o nobre deputado Roberto Muniz.

Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra - e eu gostaria de ouvi-lo atentamente - o deputado Heraldo Rocha, do DEM. V.Ex^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, internautas que acessam meu site, www.heraldorocha.com.br, minhas senhoras e meus senhores, tive a honra de assumir a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos no governo César Borges. Portanto, além da minha amizade particular com ele, fui seu assessor como secretário da Justiça. Tive também a honra de tê-lo aqui como deputado estadual num dos mandatos que S.Ex^a, hoje senador, assumiu nesta Casa.

Quando li nos jornais as palavras do Exmº Sr. Governador, inicialmente não acreditei. Como é que um governador de Estado acusa um senador da República de mentiroso?! Falta de ética, de classe e, sobretudo, de responsabilidade pela liturgia do cargo que ele ocupa. O governador precisa saber que ele é governador de todos os baianos e também que no cargo que ocupa há o que nós chamamos de liturgia do cargo. Ele tem de respeitar a todos os baianos. E, muito mais, a um senador da República. Foi desastrosa a observação do governador Jaques Wagner! Desastrosa, antiética e desesperada - desesperada! - ao atacar o senador da República César Borges!

Não sou do seu partido, sou do Democratas. Em nome da minha Bancada e da Liderança do DEM, eu hipoteco total solidariedade ao nosso senador da República César Borges. Ele divulga hoje uma nota pública que leio agora, publicada na *Política Livre*:

(Lê) *“Como era previsível, o senador César Borges(PR) reagiu há pouco, através de uma nota pública, em termos bastante duros, às acusações do governador Jaques Wagner, publicadas em A Tarde, chamando-o de mentiroso, por ter admitido que recebera oferta de uma secretaria de Estado para o seu partido em troca do apoio ao candidato do PT à Prefeitura de Salvador”. Palavras da nota pública do Sr. Senador.*

(Lê) *“(...) ‘É lamentável que um governador desça do necessário protocolo para dirigir-se a outra autoridade com tal falta de estilo e sobriedade, numa agressividade totalmente desnecessária ao ambiente político que vive hoje a Bahia’, disse o senador, mantendo a versão de que foi procurado por telefone pelo governador na quarta-feira passada, por volta das 20h, ofertando a secretaria ao PR.*

Segundo Borges, teria sido ‘a repetição, no estilo e no conteúdo, de oferta feita pelo seu governo no primeiro turno, para que apoiássemos o candidato do PT; mais uma vez, o governador ou representante seu procura o PR nos momentos de decisão política para oferecer secretaria e chega a ser ingênuo da parte dele querer convencer a sociedade de que uma coisa não tem relação com a outra .”

O senador relatou ainda que ouviu a proposta com atenção e decidiu levá-la para discussão no PR, prometendo uma resposta oportunamente, o que tentou fazer na sexta-feira, não tendo sido atendido por Wagner. Neste período, segundo ele, o governador teria “preferido investir na divisão do PR, oferecendo vantagens – inclusive a secretaria – para que companheiros nossos apoiassem seu candidato a prefeito.”

Como disse o senador em sua nota:

(Lê) *“Esta atitude desrespeita um partido e suas instâncias de decisão, atentando contra a prática democrática, agravada pela promessa de favor da máquina pública; Só posso atribuir a reação destemperada do governador ao desconforto por vir a conhecimento público seu estilo de política pouco republicano, faltando-lhe coragem para assumir o que faz”, disse a nota do senador César Borges.”*

Concluo, Sr. Presidente, fazendo minhas as palavras do deputado Sandro Régis: é antiético, é desrespeitoso, é antidemocrático, é a atuação da máquina pública favorecendo um candidato que está já perdendo as eleições para o prefeito João Henrique.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Tarcízio Pimenta pelo tempo de até 5 minutos. Parabenizo-o pela sua grande eleição em Feira de Santana.

O Sr. TARCÍZIO PIMENTA:- Muito obrigado, deputado. Srs. Deputados, Srs. da Galeria, Srs. da Imprensa, o tema em questão continua sendo a a Segurança Pública no Estado da Bahia. Eu não sei quando, realmente, alguma medida, alguma posição concreta, será tomada pelo governo atual sobre a questão essencial da Segurança Pública.

Novamente, esse final de semana, a Bahia experimentou, só em Salvador, nove assassinatos aqui na capital do Estado. Em Feira de Santana, nós tivemos quatro, treze. Eu não sei o que é que o Sr. Governador, o que é que o Sr. Secretário da Segurança Pública estão a fazer, quais são as medidas adotadas, quais são as posições concretas em relação a uma questão tão vital, tão importante como a Segurança Pública no nosso Estado.

Lá no nosso município, crianças de 13 anos, 12 anos e 15 anos foram assassinadas, nesse final de semana, a troco de nada. É preciso que o governo acorde. É preciso que o Sr. Governador do Estado adote as providências adequadas para que a gente não fique assistindo, não fique esta Casa meramente a reclamar, a solicitar providências em relação ao caos implantado na Segurança Pública do Estado da Bahia.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não bastou trocar de secretário. Trocou-se o secretário de Segurança Pública e continuou a mesma situação, o mesmo problema, deputado Fernando Torres. A Bahia experimenta hoje, a cada final de semana, um número assustador de assassinatos tanto na capital do Estado como no interior. E esta Casa não pode se manter silente, omissa diante de tais fatos que assombram a Bahia, assombram as famílias.

Ainda na semana passada, os policiais militares estiveram na Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos, protestando. Hoje, o policial não tem como dar segurança a alguém porque o próprio policial se acha ameaçado. O policial está sendo assassinado. A família do policial está em risco iminente todo dia. Os policiais não se sentem seguros ao deixarem suas famílias em casa e irem para o trabalho. Estão, praticamente, mudando de endereço a cada semana para não serem assassinados.

Vestir a farda da Polícia Militar, hoje, tornou-se algo que amedronta. Vejam, os senhores, uma corporação centenária, que merece o respeito de todos nós e da Bahia, não pode vestir a farda. O policial militar está impedido de vestir a farda porque isso

significa, acima de tudo, perigo. Os policiais estão amedrontados, estão, efetivamente, com medo de usar o fardamento da Polícia Militar. Vejam a que ponto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegamos no Estado da Bahia: policial não pode usar farda! Se entrar no ônibus fardado, pode morrer ao descer. Se entrar no ônibus, para viajar, com a farda, pode ser assassinado.

Será que essa situação de descrédito enfrentada pela segurança pública não merece do Sr. Governador uma reflexão? Não merece do governador da Bahia uma perspectiva de solução?

É importante que chamemos a atenção...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARCÍZIO PIMENTA:- Concluo, Sr. Presidente, mas retornarei.

A segurança pública na Bahia está um caos. É preciso que o governador Jaques Wagner assuma a sua condição de governador da Bahia.

Espero que providências sejam adotadas, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel, pelo tempo de até 3 minutos.

O deputado abre mão de seu tempo.

Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de até 2 minutos e meio.

O deputado Paulo Azi abre mão de seu tempo.

Com a palavra o deputado Fernando Torres, pelo tempo de até 2 minutos.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Muito obrigado, Sr. Presidente, amigo deputado Roberto Carlos.

Subo a esta tribuna pela primeira vez após a grande vitória do deputado Tarcízio Pimenta em Feira de Santana. Foi uma vitória esmagadora no 1º turno, que colocou José Ronaldo como a maior liderança viva em Feira de Santana. O que posso fazer é agradecer ao povo de Feira de Santana esse apoio ao deputado Tarcízio.

Estou feliz porque do meu gabinete saíram 2 vereadores. Do nosso gabinete, 2 assessores foram eleitos vereadores em Feira. Estou feliz pela grande vitória de Tarcízio e pelas vitórias de Gerusa e Sebastião, dois colaboradores do nosso mandato. E o que eu posso fazer é torcer para que eles ajudem Tarcízio a continuar o excelente trabalho do prefeito José Ronaldo.

Tenho certeza que Tarcízio vai ser um bom prefeito, deputado Paulo Rangel. Tenho certeza que Tarcízio será um prefeito igual ao prefeito José Ronaldo, porque ele é trabalhador, acorda cedo, e mereceu chegar a onde chegou.

E as mentiras, não do PT, deputado Paulo Rangel, mas do deputado Sérgio Carneiro, não colaram em Feira de Santana. Feira de Santana é uma cidade independente, séria, que não acredita em Papai Noel, acredita, sim, no trabalho honesto e sincero do deputado Tarcízio Pimenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente Roberto Carlos, por esse espaço pequeno mas valioso no dia de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo à tribuna hoje para realizar meu primeiro discurso após o processo eleitoral vivenciado pela população da Bahia no dia 5 de outubro. Neste momento, quero parabenizar todos os prefeitos e vice-prefeitos eleitos em nosso Estado, os vereadores, ao tempo que gostaria também de parabenizar e solidarizar-me com aqueles que concorreram, de forma consciente, ordeira, mas que não tiveram a possibilidade de vitória.

Queria também, neste momento, parabenizar o deputado Tarcízio, nosso adversário em Feira de Santana, que saiu vitorioso nas ruas, assim como também parabenizar o companheiro Zé das Virgens, eleito prefeito da cidade de Irecê. Parabenizo e solidarizo-me com os deputados Roberto Carlos e Roberto Muniz, que, apesar de terem concorrido, não obtiveram o êxito eleitoral que esperavam no pleito que se encerrou às 17 horas do dia 05/10/2008.

Sr. Presidente, tratando-se, portanto, de um pronunciamento que faz uma avaliação do processo eleitoral vivenciado e ainda em curso, quero aqui neste momento me referir ao resultado alcançado pelo campo aliado ao governo, que partir da liderança do nosso governador Jaques Wagner conseguiu sair vencedor nas urnas em mais de 270 municípios. Esse resultado não é apenas quantitativo, mas é de uma imensa qualidade, porque coloca partidos como o PT, PMDB, PCdoB, PSB e PV como detentores não só da liderança política na maioria das cidades da Bahia, mas detentores de um resultado que os faz governar a maior parte do PIB de nosso Estado.

Quero aqui me referir também, e mais especificamente, ao desempenho do Partido dos Trabalhadores, partido do qual exerço a Liderança, que alcançou um resultado já esperado, mas que demonstra, de fato o crescimento da nossa legenda em todo Brasil e todo nosso Estado. O Partido dos Trabalhadores na eleição anterior elegeu apenas 19 prefeitos na Bahia. Dos que foram eleitos há 4 anos, não reelegeu apenas 2, mas passou de 19 para 68. Isso demonstra um crescimento de mais de 200% da nossa legenda aqui no Estado da Bahia.

Este resultado, Sr. Presidente, não pode ser analisado superficialmente, mas, sobretudo, cientificamente, pois demonstra a vitória, de uma estratégia traçada há 30 anos, sob a liderança do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, hoje presidente da República, o qual fez do nosso partido de esquerda, o maior da América Latina e o maior partido político do País.

Esse partido, Sr. Presidente, teve um crescimento de certa forma paradoxal e ambíguo. Por que digo isso?

Porque é um partido que nasce, “de baixo para cima”, que na sua origem contava com apenas 1 parlamentar, o companheiro Eduardo Suplicy, que conseguiu

chegar ao poder, “de cima para baixo”. Ele iniciou sua trajetória, “de baixo para cima” e, chegou ao poder, “de cima para baixo”. Digo isso tipificando a forma pela qual, o Partido dos Trabalhadores, assume os poderes em nosso País.

Em menos de 30 anos chegamos a Presidência da República. E isso é pouco tempo para a vida de um partido, com a nossa história, prática, chegar a um resultado como esse: “eleger um Presidente da República”!

A Bahia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi no caminho certo, pois construímos o teto da casa e, a partir daí, começamos a construir as paredes, para depois construir o alicerce, o que é uma ambigüidade positiva, ou seja, na Bahia as paredes estão representadas pela vitória do companheiro Jaques Wagner, no pleito eleitoral, que aconteceu há cerca de 1 ano e 10 meses atrás.

Sabemos que é importante ter grandes governos, tanto em nível federal como estadual. Também sabemos, que a cidadania se materializa de fato, é nas cidades, que é onde as pessoas moram, procuram socorro nos hospitais, estudam, por onde passa o esgotamento sanitário, e agora começamos a construir o nosso alicerce, começamos um pouco antes, mas, agora, nós consolidamos a nossa trajetória de crescimento no Estado da Bahia, quando elegemos 68 prefeitos, 45 vice-prefeitos e 350 vereadores. É o poder. É a influência do Partido dos Trabalhadores se espalhando. É o modo petista de governar, chegando aos grandes centros, chegando às grandes cidades da Bahia mas chegando também aos rincões do nosso Estado.

Portanto, aqueles que tanto criticaram o companheiro Lula, aqueles que tanto criticaram o companheiro Jaques Wagner, neste momento vão ter que fazer uma grande reflexão, porque o povo tem visto, tanto o governo Lula quanto o governo Jaques Wagner, de forma diferente, e as urnas demonstraram isso. Assim, para nós do Partido dos Trabalhadores, para nós que construímos esse partido, para aqueles que chegaram um pouco mais à frente, é motivo de muito orgulho expressarmos aqui o nosso ponto de vista em relação ao resultado eleitoral alcançado.

Eu não podia também, Sr. Presidente, deixar de comentar algumas falas que aqui aconteceram, como a fala do deputado Gildásio Penedo, que chamou o governador da Bahia de “pé-frio”, quando o governador é um grande “pé-quente”. Tanto é que, com apenas um ano e oito meses de governo, o maior partido da base daqueles que foram governo começa a desaparecer do Estado da Bahia. Primeiro, desaparece a partir de uma política de adesão, cujo mérito eu não quero comentar. Mas, depois, compreendemos que essa adesão foi positiva, porque já estava sinalizado que o maior derrotado no processo eleitoral em nosso Estado seria o DEM, que sai de cerca de setenta prefeituras que hoje ainda ocupa, para apenas 45 prefeituras. Mas, há uma derrota maior. Há uma derrota maior que já se concretizou, que consolidou, que enterrou o chamado “carlismo” no Estado da Bahia, que foi a derrota do deputado federal ACM Neto. Esse sim, o grande derrotado das eleições. Esse sim...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- V.Ex^a está inscrito.

(...) busca neste momento algum tipo de sustentação, através de setores que ele tanto criticou, porque o barco afundou. Ou seja, eu que gosto muito de fazer algumas

analogias com aqueles símbolos que o nosso povo tanto gosta, nós sabemos que o 25 no jogo do bicho é a vaca. E a vaca foi para o brejo, deputado Roberto Carlos nessas eleições. A vaca foi para o brejo, deputado Gildásio. Não existe mais espaço para o DEM no Estado da Bahia. Acho, inclusive, que V.Ex^a vai começar a repensar, até porque é um deputado jovem, é um deputado brilhante, é um dos que mais se destacam nesta Casa e vai, realmente, fazer uma reciclagem em relação ao seu pensamento.

Temos agora o segundo turno entre duas forças que apóiam o governador Jaques Wagner. Então, não tem jeito, o governador neste momento é o grande vitorioso, e até o deputado ACM Neto reconhece isso, apoiando o PMDB; este partido, porventura sendo vitorioso, faz parte da base do Governo. Em se tratando das eleições em Salvador, gostaria de dizer que a militância petista é muito firme para esse processo; essa militância, neste momento, incorpora um sentimento de que é possível fazer em Salvador aquilo que se fez no país e na Bahia.

Temos hoje Walter Pinheiro disputando a Prefeitura de Salvador, companheiro que é um dos mais brilhantes parlamentares deste país; presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, um dos grandes cérebros do orçamento lá no Congresso Nacional, valoroso colaborador do Partido dos Trabalhadores e um dos responsáveis por essa trajetória feliz e vitoriosa desse Partido. Walter Pinheiro será consagrado prefeito de Salvador, faz uma campanha corpo-a-corpo, um trabalho de conscientização, de verdadeira catequização, e acreditamos que será o candidato vitorioso, aquele que vai governar Salvador a partir do dia 1º de janeiro de 2009.

Quero aqui também, Sr. Presidente, usar um pouco desse meu tempo não só para falar da vitória global do Partido dos Trabalhadores, mas também de alguns resultados que são emblemáticos no Estado da Bahia. Por exemplo, na cidade de Vitória da Conquista praticamente não houve campanha. Praticamente. Vamos governar aquele município pela quarta vez e sem adversário. Foi uma verdadeira brincadeira as eleições em Vitória da Conquista. O companheiro Guilherme pela terceira vez vai governar aquele que é o terceiro município do Estado da Bahia. Temos também algumas vitórias em pequenas cidades, que mostra a forma acertada do Partido dos Trabalhadores. Vamos governar pela quarta vez a cidade de Pintadas e, diga-se de passagem, graças à gestão empreendedora, ética, vitoriosa, iniciada pela companheira Neusa Cadore.

Não podia deixar de sublinhar a grande vitória alcançada nas urnas pelo Partido dos Trabalhadores na cidade de Itiúba, pela segunda vez, e por se tratar de cidade energética, e aí o companheiro Gildásio Penedo Filho pergunta por Paulo Afonso, a cidade de Sobradinho, que hoje comporta o maior lago artificial do mundo, passa também a ser governada pelo Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- V.Ex^a está inscrito.

Falo aqui como Líder do Partido dos Trabalhadores e não, como uma liderança de Paulo Afonso.

E para finalizar, Sr. Presidente, temos duas vitórias que não posso deixar de

comentar aqui: a grande vitória da nossa querida companheira, grande guerreira, ex-parlamentar desta Casa, Moema Gramacho, que, atravessando inclusive algumas adversidades da vida, nas quais vai ser vitoriosa, conseguiu ser reeleita na cidade de Lauro de Freitas, assim como, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar a grande vitória do companheiro Caetano, em Camaçari, com mais de 70% dos votos. Aliás, vale registrar que o PT passa a administrar as 10 cidades que comportam o maior Produto Interno Bruto do Estado da Bahia.

Portanto, o nosso resultado é mais do que exitoso, deve-se à presença de uma militância, que atua de forma constante, mas temos aqui que reconhecer que a população brasileira, principalmente, no nosso caso, a população baiana, tem se referenciado a partir de atividades políticas de homens que transformaram a forma de fazer política, tanto no Brasil como no nosso Estado e que foram os companheiros Luiz Inácio Lula da Silva, em nível nacional, e o nosso companheiro Jaques Wagner, aqui no nosso Estado e que é o grande vitorioso nas eleições no Estado da Bahia.

Com um aparte o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Paulo Rangel, primeiramente, quero agradecer pelo aparte que me concede e, de fato, V.Ex^a o faz na condição de Líder de um partido importante desta Casa, Líder do partido do governador, o PT, mas é evidente que os números, V.Ex^a procura tipificar alguns exemplos exitosos do PT no Estado, mas, se V.Ex^a fizer uma avaliação fria e extremamente objetiva, sabe que por onde o governador Jaques Wagner passou nessas eleições, infelizmente, os resultados não foram os melhores.

V.Ex^a inclusive o levou a uma região importante do nosso Estado, o nordeste da Bahia, ele esteve em diversos municípios numa peregrinação e, em todos, com exceção de Glória, nessa viagem a seis ou sete municípios, inclusive na sua terra natal, contra a vontade do PT local, lá, V.Ex^{as} tiveram candidatos e não foram muito bem, chegaram talvez a 2% dos votos, o PT em Paulo Afonso foi bem pequeno, mas, lá, o Democratas ganhou, com Nilton contra o prefeito. Esteve em Jeremoabo, o deputado Paulo Rangel perdeu; em Antas, terra do deputado Marcelo Nilo, perdeu; em Quijingue, perdeu; em Santa Luz, perdeu, na região metropolitana, contra um aliado do PMDB, na cidade de Madre de Deus, perdeu; em Dias D'Ávila, perdeu; na querida cidade do sudoeste, Brumado, perdeu; esteve no maior reduto com as eleições praticamente definidas, em Itabuna, perdeu; esteve em Ipiaú, perdeu; Santo Antônio de Jesus, perdeu. Foram quase duas dezenas de cidades por onde S.Ex^a passou, infelizmente, o povo não gostou e mostrou de forma muito clara repúdio à administração do governador Jaques Wagner ou, de fato, ele é o verdadeiro pé-frio das eleições municipais.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Muito obrigado também, deputado.

Quero dizer a V.Ex^a que eu também fiz uma caminhada pelo interior com o companheiro Jaques Wagner e, em apenas um dia, passamos em Santa Bárbara, Serrinha e Amélia Rodrigues, que ganharam.

Perdemos em alguns, mas a influência do governador é notória e tem que ser

reconhecida. Acredito que V. Ex^{as} que estudam política - e V.Ex^a estuda - já fizeram uma avaliação, sabem dos resultados das urnas e sabem que o campo aliado é o grande vitorioso, principalmente o Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou ao representante do PMN, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Sr. Presidente, pelo PMN eu mesmo falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna na tarde de hoje, primeiro, para lhes dar satisfação a respeito das últimas eleições na região que represento como deputado, que é o Extremo Sul.

Quero agradecer ao governador Jaques Wagner porque solicitamos a S. Ex^a para que fizesse uma gravação para um candidato de lá, apoiado pelo partido dele. A gravação não chegou em tempo, mesmo assim quero agradecer ao governador. Pelo menos foi dito e esclarecido ao nosso candidato que estaria fazendo a gravação, que muito honraria o nosso candidato de Caravelas. Comunico a V. Ex^a, Sr. Governador, que, mesmo sem a sua gravação, conseguimos ganhar a eleição - não chegou em tempo, mas fica para a próxima eleição.

Na verdade, são assuntos que devem ser tratados na nossa base, entre os nossos companheiros, mas eu fui eleito deputado estadual para não ficar de boca trancada, até pelo fato de que eu represento a região do Extremo Sul, e o governador Jaques Wagner bem sabe disso, deputado Sandro Régis, que estamos lá para brigar pelo governo do Estado. Fiz isso durante quase dois anos, infelizmente poucas obras apareciam em nossa região. Mas não o criticávamos porque sabíamos da situação que o governador Jaques Wagner estava encontrando. E o povo tem sido compreensivo.

Agora, companheiro é companheiro. Companheiro fica do lado, companheiro acompanha a situação difícil, não fica apenas no momento bom, tem que estar lá para abraçar o companheiro, para acompanhá-lo nas jornadas de dificuldades, principalmente de campanha forte como a que travamos, deputado Paulo Rangel, no Extremo Sul, em Caravelas, com o ministro Geddel pegando um bocado de candidatos lá. Ele, de qualquer maneira, queria apoiar os homens para prefeitos. Enfrentamos realmente algumas barras lá, principalmente em Caravelas. Foi a campanha do tostão contra o milhão.

O grupo do deputado Getúlio Ubiratan contra o grupo do poder financeiro, do homem do eucalipto, Jurandir Boa Morte e o Sílvio Ramalho. Conseguimos vencer as eleições com a força do povo, como eu sempre digo.

Quero aqui dizer que, na cidade de Caravelas, o prefeito Loló, a quem nós apoiamos, foi vencedor dessas eleições. Na época, nós iniciamos nossa jornada comigo como candidato a deputado, sem nenhum prefeito nem vereadores nos

apoando. Muito me honraram os candidatos a prefeito da região que nos procuravam para participarmos, não tão-somente em campanha de palanque, mas andando nas ruas, conversando com as pessoas, dialogando, levando essa parte importante e bonita da democratização. E nós, representantes do povo que somos, não podemos mais admitir a presença de candidatos sem argumentos e competência que querem nos empurrar sua presença de tudo quanto é jeito, principalmente na base do poder financeiro.

Encontramos ainda, nas últimas eleições esse tipo de situação nas regiões do Extremo Sul, mas que, graças a Deus, o povo tem se rebelado contra os políticos incompetentes, que não têm tido argumentos nas suas caminhadas e que na força do dinheiro tentam conquistar o voto do povo.

É com satisfação que hoje eu digo que a maior parte dos prefeitos que nós apoiamos foi vencedora na nossa região. Aqui já tenho a relação: em Caravelas, a conquista do prefeito Loló com a força do povo; no município de Ibirapuã o prefeito Edvaldo foi eleito. No palanque, eu, o deputado Getúlio Ubiratan; Vereda, reeleito o prefeito Adalberto Nonato; na cidade de Prado, outra situação realmente arrebatadora: com a força do povo, eleito Jonga prefeito, apoiado também por mim; em Mucuri, Paulinho de Tixa. Aliás, essa cidade foi o ponto forte para que nós aplaudíssemos realmente essa renovação forte imposta pelo povo, haja vista que um dos desmandos mais marcantes da nossa região, relacionado a comando de prefeitura, era exatamente lá, onde até recentemente entrava prefeito, saía prefeito, entrava o vice, retornava o outro... Enfim, era um desmando total, mas com a força do povo houve uma renovação fortíssima e foi eleito um rapaz com menos de 40 anos, jovem na política, agora prefeito Foi uma verdadeira renovação do povo, sem contar o próprio município de Teixeira de Freitas com a reeleição do prefeito Aparecido.

Mas eu quero dizer, e acompanhava aqui há pouco, deputado Paulo Rangel, meu querido deputado Gildásio, a respeito da situação do governador, da capitalização daquilo que representaram outros partidos para o governo e para Geddel nas últimas eleições.

Eu acho que, acima de tudo, nós devemos ter um respeito imenso pela nossa população. Como sempre digo, a verdadeira distinção é que nós, os 63 deputados, estamos num ponto forte, que é exatamente cuidar dos interesses da nossa Bahia.

Veja só a situação: em Nova Viçosa eu estava apoiando o prefeito Manoelzinho, velho companheiro dos deputados Sandro Régis e Fábio Souto. De repente me encontrava lá porque entendia que a situação no município era de renovação no aspecto político e naquilo que o povo queria. E não houve em momento algum nenhuma implicação pela minha presença ao lado do deputado Sandro Régis, que inclusive participou dos comícios juntamente com o deputado Fábio... Eu não poderia ignorar tal fato e desrespeitar o povo, que estava querendo uma renovação forte, nem que para isso fosse preciso a nossa união, como acabou acontecendo.

A política, acima de tudo, reitero aqui nesta tribuna, deve prevalecer dentro do respeito. Volto a dizer que a grande renovação que houve não apenas na nossa região do Extremo Sul, mas também em toda a Bahia, foi em cima daqueles candidatos que

tiveram a competência de aparecerem nos seus comícios, nos seus palanques, nas suas caminhadas com argumento. A prática da baixaria, que é a incompetência colocada por alguns políticos ainda retrógrados, ela não existe mais na cabeça do eleitor. Existe, sim, a condução daquele candidato que tem argumento, que tem a competência para apresentar as suas propostas em palanques, esses sim se tornaram, nas últimas eleições, os grandes vencedores.

E, logicamente, quero dizer que nós, que partimos de uma eleição quando não tínhamos ao nosso lado nenhum prefeito, nenhum vereador e, aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui comunico também, com muita honra, que dois assessores do nosso gabinete foram eleitos, foram os mais votados da Cidade de Teixeira de Freitas. O Aguinaldo da Saúde, vereador, que ficou na sétima posição e o Netinho, amigo do povo, que inclusive trabalha comigo na Rádio, foi o terceiro vereador mais votado da Cidade de Teixeira de Freitas, os dois eleitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Clóvis Ferraz e o deputado Heraldo Rocha pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, volto a esta Tribuna começando a falar sobre as eleições municipais no Estado da Bahia.

Mas, ouvi atentamente aqui o discurso do deputado Paulo Rangel. V.Ex^{as}, deputado, tem que, realmente, elogiar o governo de Jaques Wagner, dizer que ele fez não sei quantos prefeitos, mas levando em consideração que ele já está com dois anos de mandato. E só fez esse número pequeno de prefeitos, isso mostra que o Partido, apesar de ter usado escancaradamente a máquina do PT, como eu disse aqui, para poder fazer, não fez um número tão significativo, somente 67 municípios. Muito baixo. Com o apoio do governo Lula, com o apoio do governo estadual só fez 67 municípios, é muito pequeno esse número; passou de 19 para 67, isso usando a máquina.

Inclusive, se verificarmos, saiu hoje no jornal *A Tarde* a relação dos municípios que receberam convênios - uma discriminação total - somente receberam convênios praticamente os municípios governador pelos petistas e que tinham candidatos petistas. Então, não foi uma grande vitória. Penso que foi uma pequena vitória do PT.

Mas, quero aqui parabenizar os municípios que eu represento, parabenizar os seus candidatos das coligações que ganharam as eleições nesses municípios, ganharam muitos ex-prefeitos, outros que estavam na reeleição, mas ganharam pela força do trabalho, pelo que já fizeram pelo município, pelo que já trabalharam; pessoas sérias, dedicadas, honestas e que foram candidatos e venceram as eleições,

como no município de Barra do Choça, o Oberdan Rocha, que deu uma surra no candidato a prefeito do governo do Estado. Para se ter uma idéia, a diferença foi de 13 mil votos, o candidato que é o prefeito atual teve 12 mil votos e Oberdan Rocha teve 15 mil votos. E o governador gravou uma mensagem e mandou para lá. Também em Anagé, com Bibi, que ganhou, o governador foi lá, subiu no palanque do candidato do PT e nós derrotamos o candidato do PT, lá em Anagé.

Eu acho que o governador é pé frio mesmo, porque onde ele subiu no palanque, pelo menos em minha região, perdeu as eleições. Está ali a deputada Marizete que o diga, o governador foi lá, mas...

O candidato Brás, em Maetinga, do Democratas, também ganhou bem as eleições; o candidato Dico, em Planalto, ganhou bem as eleições; o candidato César Ferreira, em Belo Campo, ganhou bem as eleições, também do Democratas; o candidato Sílvio Maia, de Aracatu, ganhou as eleições também; a candidata Dona Norma, em Caraíbas, ganhou bem as eleições contra duas candidatas, uma do PT e outra do PMDB; o candidato Oslindo, em Buritirama, ganhou bem as eleições; Gazzo, em Bom Jesus da Serra; Hélio Ramos, em Mirantes; Dequinha, em Presidente Jânio Quadros; Eduardo Pontes, do Democratas, em Cândido Sales; José Bahia, em Tremedal.

Mas, quero aqui também parabenizar os que disputaram e não lograram êxito. Por exemplo, Catulino, em Tremedal; Egmar Ribeiro, em Piripá; Vavá, em Caetanos. São candidatos que não lograram êxito nas eleições, mas que disputaram bem, perderam as eleições por poucos votos, mas que têm serviços prestados nos municípios com essas coligações fortes.

Esses prefeitos que lograram êxito nas eleições, com certeza, vão fazer um bom trabalho nesses municípios, porque são candidatos, ou já foram prefeitos, ou são prefeitos e , por isso mesmo, lograram êxito, porque já têm a mostra da sua capacidade de trabalho nesses municípios.

Portanto, quero parabenizar a todos e desejar sucesso,...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) porque o povo dos municípios os elegeu, exatamente, para que façam um bom trabalho e governem para o povo. Essa é a mensagem para esses prefeitos que lograram êxito nessas eleições e quero dizer àqueles que não lograram êxito que também continuem o trabalho que sempre fizeram nos municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos. A Bahia quer ouvi-lo, deputado. V.Ex^a tem direito a até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da *Rádio Assembléia*, internautas que acessam meu *site* wwwheraldorocha.com.br, minhas senhoras, meus senhores, há pouco,

perguntava ao deputado Paulo Rangel, esse querido amigo, como é que foi a eleição em Paulo Afonso, onde o deputado Luiz de Deus teve uma vitória esmagadora com seu candidato, prova de que as administrações anteriores tiveram resultados positivos. O povo responde ao voto de acordo com o que se faz no passado. O povo votou no candidato do Democratas, do deputado Aleluia, do deputado Luiz de Deus, apoiado pelo governador Paulo Souto, e tivemos uma vitória esmagadora em Paulo Afonso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, todo o País, todo o mundo está assistindo à grave situação da crise econômica. Logo no início dessa crise econômica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a crise econômica no Brasil era imperceptível. Não sei onde ele aprendeu este nome, imperceptível. Foi a palavra do presidente Lula.

Nesse final de semana, reuniam-se o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, todos os chefes de Estado, tanto da América quanto da Europa, medidas estão sendo tomadas pelo Banco Central, e o presidente agora diz que foi um cassino. Foi um negócio estranho que ele falou, nem aprendi o que ele disse, porque é tanta besteira, me perdoe o presidente, porque não quero falar isso, mas ele usou a expressão de que era um cassino, um negócio desses.

Eu, quando não sei um assunto, fico calado. Quando era secretário, e fui secretário por duas vezes, tanto do Trabalho e Ação Social como da Justiça, e peço aos meus assessores que são especializados no assunto para me dizerem. Então, quando acho que temos um assunto de economia ou administração, digo: deputado Luiz Augusto, isso é com V.Ex^a., porque sei que V.Ex^a entende do assunto. O presidente não deveria fazer esta observação: “A crise econômica no Brasil é imperceptível.” Eu, que não sou especialista no assunto, não sei se existe esse termo em economia.

Ora, estamos vivendo uma crise de liquidez, não é isso, deputado Luiz Augusto? Vamos ter sérios problemas com o crédito. Hoje, pelo que tomamos conhecimento na hora do almoço, as bolsas do mundo tiveram um crescimento. Será uma bolha, como dizem os economistas? Não sei. A situação da economia mundial está numa instabilidade muito grande. Ontem ou no sábado, não sei, ouvi num programa que gosto muito de assistir e que é dirigido por um jornalista que foi da Globo, onde eles discutiam o problema da economia mundial, se isso não seria uma crise provocada pelo governo americano. Não acredito nisto. Estamos em plena eleição nos estados Unidos. O Barack Obama e o John McCain estão disputando a eleição. Acredito que essa situação econômica trará sérios prejuízos à eleição do candidato do presidente Bush.

Por outro lado, essa crise econômica mundial tem que afetar a nossa economia. Mesmo eu, que sou neófito no assunto economia, quero dizer que a nossa moeda é o dólar. Se o dólar sofre variações para mais ou para menos, isso interfere na economia do País. Isso é primário! A nossa moeda de troca tanto para importação quanto para exportação é o dólar. Se o dólar sai, para concluir, Sr. Presidente, de R\$ 1,30 para R\$ 2,60, claro que isso afeta a nossa economia! Li uma declaração do Antônio Ermírio de Moraes de que a Votorantim teve um prejuízo de 2 bilhões e 200 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, a crise econômica dos Estados Unidos, a crise econômica mundial afetou o nosso País, apesar de o nosso presidente ter afirmado que a crise econômica é imperceptível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria, ou o representante do PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não existe orador.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Não há orador. Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria, ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PC do B, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não existe orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Não há orador. Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falarei eu, Sr. Presidente, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Por todo o tempo, falará o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembléia, Galerias Paulo Jackson, trago fatos a esta Casa hoje que, acredito, vão ajudar a população, principalmente a esta Casa, a ter a certeza de quem está com a razão e a verdade entre a polêmica Jaques Wagner e César Borges.

Podemos começar a falar sobre o problema dos estádios. (Lê) *“Jacques Wagner foi ao programa Cartão Verde da TVE no dia 11 de novembro de 2007 e disse que o governo havia investido R\$ 3,5 milhões em reformas na Fonte Nova, deixando-a pronta não só para receber 60 mil torcedores, mas também para um jogo das eliminatórias. No dia 27 houve a tragédia da Fonte Nova, com sete mortes e a população viu que não houve reforma nenhuma.*

Wagner prometeu entregar o estádio de Pítuaçu em junho, depois em julho, depois em agosto, depois para o próximo sábado e agora não tem mais prazo.

A propaganda do governo da Bahia vem mentindo seguidamente usando o dinheiro público. Veja alguns exemplos:

1- A propaganda da Via Portuária diz "Onde ela passa, melhora a vida das pessoas". A obra não começou, e até a licitação é vítima de questionamento do Tribunal de Contas da União.

2- O balanço de seis meses dizia que o governo tinha construído 5 mil quilômetros de estradas e 20 mil casas. Já o balanço de um ano e seis meses dizia que tinha sido apenas mil quilômetros e seis mil casas - todas elas, por sinal, iniciadas no governo passado, como admitiu o próprio secretário de Desenvolvimento Urbano em entrevista.

3- A propaganda de saúde lista como realizações do governo atual a construção dos hospitais de Irecê, Juazeiro, Santo Antônio de Jesus, da Criança e do Subúrbio. O Hospital de Irecê foi iniciado no governo passado. A obra ficou parada durante todo o ano de 2007 e só foi retomada após questionamento do Ministério Público, provocado por um vereador do DEM em Irecê. O Hospital de Juazeiro também foi iniciado no governo passado e ainda não foi inaugurado. O Hospital de Santo Antônio de Jesus está pronto desde o final de 2006 e o governo do Estado espera dinheiro federal para iniciar o funcionamento. O Hospital da Criança de Feira de Santana nem começou a ser construído. E quanto ao Hospital do Subúrbio, o governo disse que espera um alvará da prefeitura para começar a obra, e a prefeitura provou que o governo sequer apresentou a documentação necessária para liberação da obra.

4- Em sua mensagem de um ano de governo, deputado Gildásio Penedo, o governador Wagner listou a reabertura da Bahifarma como um feito do governo. A fábrica, até agora, não foi inaugurada, e o governo nem fala mais em prazo para funcionamento.

5- Na mesma mensagem, o governo cita uma nova licitação para a Secretaria da Educação que teria provocado uma economia de 73% para o Estado. Mas até hoje o novo contrato não foi assinado imediatamente, ao contrário, até o mês passado era renovado por dispensa de Licitação o contrato anterior e só agora foi realizada uma licitação para complementar os serviços que não eram previstos. Com isso, o que era economia virou aumento do valor contratado.

Em relação ao Republicanismo de que o PT tanto fala, deputado Clóvis Ferraz, Wagner afirma que trata da mesma forma aliados e adversários. Mas o ritmo das liberações mostra que o pessoal do PT recebe recursos muito mais expressivos que os próprios aliados e que a oposição está sendo perseguida.

Por exemplo, nos convênios da Sedur que o deputado Gildásio Penedo falou nesta Casa, para obras de pavimentação e calçamento, assinados no final do ano passado, cidades administradas pelo PT receberam 87% do valor dos recursos - o que teve influência direta nas eleições. O Jornal A Tarde de hoje mostra que Vitória da Conquista é a líder entre os repasses do governo federal na Bahia. É claro que a cooptação política do governo junto a prefeitos e deputados atinge níveis inimagináveis, com promessas mirabolantes que nem sempre são cumpridas.

E para concluir, Sr. Presidente, na campanha, Jacques Wagner prometeu acabar com o REDA, com a antecipação tributária, dar prosseguimento aos bons projetos do governo passado e não paralisar obras, além de dar prioridade absoluta às áreas de saúde e educação. Prometeu realizar concursos públicos para todas áreas.

Na verdade o REDA foi ampliado, os empresários continuam pagando os impostos de forma antecipada, projetos de grande impacto social como o Cabra Forte, o Nossa Fibra, e o Nossa Raiz foram extintos, grandes obras como a da orla de Salvador, dos centros de Cultura de Feira de Santana e Itabuna estão paradas até hoje. Na Saúde caiu o ritmo de crescimento do Programa Saúde da Família,

aumentaram as mortes nas filas dos hospitais, o sistema de emergência e de regulação foram destruídos por motivos políticos. Na Educação foi desprezada a qualificação profissional na escolha dos diretores. E quanto aos concursos, nenhum foi realizado até agora e o secretário da administração já afirmou que só poderá fazer concursos em 2010.”

Então, Sr. Presidente, esses são os fatos do governo PT...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a está com o tempo literalmente esgotado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) e ficam esta Casa e a sociedade baiana...

Sr. Presidente, para encerrar, apenas quero registrar que realmente esses fatos provam que o governo PT quer passar a máquina, atropelar cooptando, prometendo, querendo ganhar a consciência dos políticos, dos deputados e dos baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSDB, PT do B, PSL e PTB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP, PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O deputado Luiz Augusto pede a presença do Líder da Minoria para substituí-lo. Não há orador.

Com a palavra, por todo o tempo, o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa presente, Galerias, no ano passado a Bancada da Oposição já havia apresentado, deputado Heraldo Rocha, uma representação junto ao Ministério Público Estadual acerca do que entendíamos como verdadeiro abuso do poder político deste Estado, principalmente no que tange às chamadas dispensas de licitação, deputado Heraldo Rocha.

A Bahia toda tomou conhecimento de mais um discurso desse governo, que se desfez quando, no ano passado, a Bancada de Oposição estampou por diversas e principais cidades do nosso Estado mais uma máscara que se desfazia. O governo insiste, deputado Getúlio Ubiratan, em pregar a transparência pública, e no ano passado contratou os mais variados serviços do Estado, através do modelo de dispensa de licitação, e os valores perfizeram quase 350 milhões de reais sem o processo licitatório, sem a devida concorrência, sem a devida transparência que se exige dos modelos municipais, estaduais e federais. Denunciamos isso ao Ministério Público. Inclusive, deputado Heraldo Rocha, uma dessas representações numa das suas provocações falávamos acerca do Estádio de Pituacu. Uma das ações que levantamos foi entender e chamar atenção do governo de onde vinha o caráter emergencial, deputado Luiz Augusto, para fazer uma dispensa de licitação para uma obra que naquele momento se iniciava ao valor de cerca de 22 milhões de reais, e que

até hoje a Bahia e os baianos não têm conhecimento do verdadeiro valor que está chegando ao Estádio de Pítuaçu. As informações que nos chegam são as mais variadas, a última é que já se chega a 50 milhões de reais, deputado Luiz Augusto, o que mostra a total falta de planejamento, principalmente de transparência do dinheiro público, porque quando não se faz o processo licitatório devido, evidentemente que se contrata empresas que não trazem o melhor preço.

Mas, deputado Heraldo Rocha, ouvíamos naquele momento, no ano passado, que o governo era um governo que se iniciava, que precisava de algum tempo para se ajustar, precisava e demandava de um período, de um lapso temporal, deputado nosso amigo Roberto Carlos, para o governo se ajustar, azeitar a máquina pública, é essa a terminologia, para de fato planejar a sua gestão.

E nós, como o povo baiano, mais uma vez demos um determinado voto de credibilidade ao que relatava Sua Eminência ao vir a esta Casa. Pois bem, deputado Heraldo Rocha, neste ano já no seu segundo ano, metade do seu governo, o governo Jaques Wagner até o dia de ontem, dia 12/10/2008, fruto novamente de uma pesquisa minuciosa através da nossa assessoria, deputado Waldenor Pereira, esse governo insiste, desrespeita o povo baiano e sua população, desrespeita inclusive o Ministério Público Estadual. A APGE inclusive precisa dar respostas claras se se justifica, deputado Luiz Augusto, até a presente data o valor de 553 milhões de reais sem o processo licitatório, comprados e usados através de dispensa de licitação no segundo ano do governo. As dispensas, deputado Waldenor se somam e se juntam às mais variadas, deputado José Nunes, desde a contratação e manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais.

Deputado Luiz Augusto, há caso de emergência para se fazer a manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais do Estado? Há necessidade em caráter emergencial, deputado José Nunes, que possa justificar por exemplo a execução de serviços emergenciais de recuperação asfáltica e sinalização de vias internas da Central de Abastecimento, da Ceasa, no valor de 1 milhão 783 mil? Onde há o caráter emergencial que possa justificar a contratação de serviços de recepção de entradas e dados a serem prestados nos postos do SAC, no valor de 3.549 mil reais? Se há justificativa plausível e racional, deputado Waldenor, que se possa encontrar o caráter emergencial para a construção de 5 minipresídios.

O governo está na segunda metade, deputado Heraldo Rocha. Que governo é este que nem sequer, deputado Luiz Augusto, dá uma demonstração de zelo e planejamento de gestão? Há, por exemplo, algum sentido na dispensa de licitação da bagatela de 13 milhões, 835 mil, 214 reais e 96 centavos na contratação de serviços comuns de limpeza e apoio operacional?

Há uma plêiade, deputado Heraldo Rocha, de justificativas, como por exemplo para construção de cadeia pública, deputado José Nunes. Na metade do governo S.Ex^a o governador percebe a necessidade da construção duma cadeia pública pela bagatela, deputado Luiz Augusto, de 18 milhões e 990 mil.

Isso é uma vergonha, deputado José Nunes! É esse o governo que insiste e apregoa a transparência quando lhe interessa, tudo isso sendo feito sem a clareza de

informações, deputado Luiz Augusto, sem a necessidade de permitir que as empresas legitimamente constituídas possam disputar um valor agregado e, conseqüentemente, trazer menores despesas e mais avantajados recursos para o governo estadual.

É esse o governo, deputado Paulo Rangel, que V.Ex^a insiste em dizer ser transparente mas, por exemplo, resolve contratar, deputado Arthur Maia, nas mais variadas secretarias: Meio Ambiente, Administração. Há nele um senso comum de não se fazer licitação, deputado Luiz Augusto. É a regra, a regra, o que mostra um modelo que não se sustenta!

Vimos aqui em diversas ocasiões o governador dizer “acabou o momento, é hora da transparência”. Transparência aonde, deputado Heraldo Rocha?! No ano passado 350 milhões, e até hoje o valor já perfaz mais de 550, mais de meio bilhão de reais contratados sem o processo licitatório adequado nem a transparência devida, conseqüentemente trazendo prejuízos ao Erário público estadual.

É esse o governo, deputado José Nunes, que V.Ex^a vê, como também vimos no interior, botar na Internet o *site Transparência*. E quero desafiar aqui os deputados, principalmente do PT, deputado Bira Coroa. Com todo o apreço e respeito que tenho por V.Ex^a, eu e a Bahia toda queremos saber quanto se gastou efetivamente com dispensa de licitação na obra do Estádio de Pituaçu. A Bahia quer saber, deputado Luiz Augusto. V.Ex^a que é engenheiro de formação, homem que conhece o assunto, sabe que não permitiram a disputa.

E olhe, deputado Roberto Carlos, que se dispensa todo tipo de serviço e contratação de obras, da cadeia pública a minipresídio, recuperação de estrada. É a falta de transparência! E estão aqui todos os dados, todos retirados do Diário Oficial do Estado da Bahia no ano de 2008 mostrando a verdadeira farsa desse governo, que de transparente não tem nada! É um governo que prega uma coisa, mas suas ações, deputado Luiz Augusto, infelizmente se mostram a cada dia mais distantes da sua pregação.

Meio bilhão de reais até o momento contratados pelo governo baiano! Desde obra de recuperação de cadeia pública a asfalto e construção de estádio, o processo licitatório na Bahia não existe. Nesse governo só se contratam as empresas que lhe interessam, da forma como ele quer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará o deputado Arthur Maia por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Arthur Maia por até 9 minutos.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, meu caro deputado Roberto Carlos, Srs. Deputados, é a primeira vez que uso a tribuna depois das

eleições municipais de 5 de outubro próximo passado e quero aqui saudar a grande vitória do meu partido, o PMDB, que elegeu 115 prefeitos, o maior número entre todos os partidos da Bahia. Isso realmente demonstra a ação e a importância do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no nosso Estado, além do trabalho desempenhado por este seu grande Líder, do partido, o ministro Geddel Vieira Lima. Quero saudar todos os prefeitos do PMDB, saudando a vitória do prefeito Roberto Maia em Bom Jesus da Lapa, que depois de um primeiro mandato exitoso e com grandes realizações naquela cidade parte para o segundo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passada a eleição, também é a oportunidade de fazermos uma reflexão a respeito das circunstâncias não só políticas, mas também jurídicas, meu caro deputado Zé Nunes, em que elas aconteceram.

O pleito deste ano foi, sem sombra de dúvida, o que teve mais políticos que não se candidataram em virtude de decisões tomadas pelos Tribunais, acusando-os de terem algum tipo de conta rejeitada, algum tipo de embaraço em relação a sua vida pregressa. Isso ocasionou a desistência ou o impedimento objetivo de várias candidaturas a prefeito e a vereador em todo o Estado da Bahia.

A lógica que norteou essa decisão é, do ponto de vista moral e ético, absolutamente defensável, meu caro presidente Roberto Carlos. Os Tribunais entenderam que não poderiam permitir que cidadãos que tivessem atos de improbidade em suas vidas fossem candidatos. Até aí defendemos essa medida de maneira intransigente. Concordamos que é deveras saneadora e importante essa atitude de impedir que aqueles que cometeram atos de improbidade disputem as eleições; esse ato traz ao ambiente da política uma credibilidade maior para que o eleitor possa decidir com a convicção de que está votando em homens com uma história limpa, decente, honrada. Isso merece o aplauso de todos nós.

Entretanto quero destacar algumas contradições, a meu ver, adotadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais no que tange à questão de contas rejeitadas pelas Câmaras de Vereadores.

Particularmente na Bahia, a lógica que o Tribunal Regional Eleitoral assumiu fez com que não importasse o mérito das contas rejeitadas; o que prevalecia, de forma inexorável, era a decisão da Câmara dos Vereadores. Argumentaram os julgadores com quem conversei que a Câmara é que tem a competência para proceder a esse tipo de julgamento. Então, se ela julgou e condenou o prefeito, naturalmente essa decisão deve prevalecer.

O TRE da Bahia, assim como os de vários outros estados, adotou uma postura de quase ignorar de forma peremptória qualquer tipo de liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado ou por juízes de primeira instância, entendendo que essas decisões eram uma intervenção indevida, imprópria da Justiça Comum na Justiça Eleitoral.

Não vou entrar nesse mérito de qual liminar teria um valor maior do ponto de vista da hierarquia jurídica. Quero, sim, trazer o debate, tendo em vista que considero que estamos vivendo um processo de vazio da Legislação Eleitoral. Por isso cabe ao legislador federal preencher esse vazio apresentando regras claras que dêem

segurança jurídica ao eleitor e ao candidato para as próximas eleições.

Na verdade, esse é um paradoxo do nosso sistema eleitoral. O País que poucas horas depois das eleições apresenta, de maneira absolutamente moderna e eficiente, o resultado, é o mesmo País que tem acumulado até hoje, na Justiça centenas de milhares de recursos jurídicos que somente serão decididos depois que o eleitor já decidiu na urna o vencedor das eleições. O que, portanto, cria um quadro de insegurança jurídica, não só para o candidato, mas também para o eleitor. Esse paradoxo tem que ser resolvido, tem que ser solucionado. E a culpa não é da Justiça, é do Congresso Nacional que não apresenta e não vota a reforma política.

Mas o tema do qual quero tratar especificamente nesta tarde de hoje diz respeito a, ao que me parece, uma contradição. E não é, absolutamente, qualquer confrontação com a opinião do tribunal, mas, apenas, como um profissional do Direito, quero apresentar a minha idéia aqui, nesta tribuna, porque, afinal de contas, é onde nós, deputados, temos a nossa voz. Quero dizer, deputado Bira Coroa, que não me parece justo, não me parece correto, não me parece que seja, realmente, contributivo para a vida pública brasileira que um prefeito que teve suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, muitas vezes à unanimidade...

O prefeito cumpriu o seu papel como gestor, teve cuidado para que não recaísse sobre ele qualquer penalidade do Tribunal de Justiça, teve suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas, e há de se dizer...

Quero fazer uma ressalva aqui, elogiando, meu caro Líder Waldenor, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, porque ele, hoje, dispõe de um corpo técnico qualificado. As decisões do Tribunal de Contas dos Municípios seguem uma lógica, não há uma decisão contrariando outra. Os conselheiros, em regra, atêm-se com muita atenção aos relatórios técnicos que chegam às suas mãos a respeito das contas, observando toda uma jurisprudência já firmada pelo tribunal.

Portanto, quero parabenizar o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia pelo trabalho que vem realizando, não só por combater os atos de improbidades, mas também por exercer o papel de uma instituição que tem contribuído, do ponto de vista do ensinamento, com o prefeito e os municípios.

Então, o que vimos nessa eleição foi que, muitas vezes, o prefeito teve suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas, mas, entretanto – nós, aqui, que somos da política, sabemos como isso funciona –, teve essas contas rejeitadas, como a maioria, pela câmara de vereadores de sua cidade. Rejeição essa sem qualquer fundamento, sem qualquer justificativa, sem qualquer outra razão que não a mais vil e covarde perseguição política. De qualquer forma, para efeito jurídico, eles ficam com suas contas rejeitadas pelo tribunal.

E esse prefeito, da mesma forma que o corrupto que surrupiou o cofre público, que tomou o dinheiro do povo, que roubou o dinheiro do povo, fica inelegível mesmo tendo cumprido o seu papel. Um deixa de se eleger, outro deixa de ser candidato, perde os direitos políticos por ato de improbidade, o um outro perde os direitos políticos por um ato de perseguição. Eu penso que essa foi, sem sombra de dúvida, a realidade que presenciei inúmeras vezes no processo eleitoral que passou. Penso que

esse tipo de absurdo não pode prevalecer.

Eu quero, *data venia* às doudas mentes – sei que as pessoas que estão no Tribunal Regional Eleitoral, os julgadores que estão no TRE, são pessoas da mais alta estirpe jurídica deste Estado –, aqui, nesta Casa, fazer um apelo para que se proceda a uma reflexão a respeito desse assunto. A Constituição da Bahia é soberana e determina que a decisão última para determinar se contas de um prefeito são aprovadas ou rejeitadas pertence à câmara de vereadores. Entretanto, compete, sim, ao Tribunal Regional Eleitoral julgar o mérito da rejeição da câmara, mormente quando contrariar o parecer do Tribunal de Contas, que aprovou as contas desse prefeito.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado, para concluir.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Concluindo Sr. Presidente.

Quero agradecer a V.Ex^a pela tolerância, e dizer que essa reflexão fica aqui posta para que possamos nos debruçar ao longo deste ano, ao longo desse mandato sobre esse assunto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra, o Líder da Minoria ou dos Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. José Nunes:- Nobre Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna depois de assistir ao pronunciamento do nobre deputado Arthur Maia, que realmente discorreu sobre assunto de grande importância para a política baiana.

É muito difícil entender que um prefeito tenha as suas contas aprovadas depois de fazer um mandato cuidadoso, belíssimo, sem roubar, sem deixar roubar e veja politicamente as suas contas rejeitadas pela Câmara de Vereador no ato político, vamos dizer estúpido. E sobre semelhante assunto há casos em nosso Estado.

É preciso rever essa situação, até porque vemos o contrário, nobre deputado Bira Coroa, onde prefeitos têm as contas rejeitadas no Tribunal de Contas por improbidade administrativa, por roubo declarado, e essas mesmas contas dias depois são aprovadas pela Câmara de Vereadores, quando o prefeito efetivamente dispõe de larga maioria.

Portanto, fica-se a pensar onde estará a verdade e se isso pode prevalecer na política baiana. Realmente, deve haver uma reflexão. A Casa que deveria cuidar dessa questão talvez não seja a nossa, talvez o problema pudesse ser tratado por meio de uma reforma política mais ampla, que seria promovida certamente pela Câmara Federal, pelo Congresso Nacional, mas já tive oportunidade de dizer desta tribuna que, infelizmente, o Congresso Nacional não tem funcionado nas questões políticas, principalmente aquelas que, na minha avaliação, mais deveriam ser tratadas com certo cuidado pelos Srs. Deputados e Senadores.

Infelizmente, o Congresso Nacional não trata as questões políticas como deveria tratar. Veja, por exemplo, que até com relação às questões que estão mais diretamente ligadas ao mandato parlamentar, à sua sustentação, o Congresso Nacional não se tem

posicionado, e aí se cria situações de inelegibilidade até para os diversos parlamentares, para os deputados, para os senadores, e carece realmente de uma atenção especial, nobre presidente, por parte do Congresso Nacional, dos Srs. Deputados e Senadores, para que se possa aprovar urgentemente uma reforma política e se tenha um balizamento legal das situações que ocorrem, de modo geral, na política.

Não é possível o cidadão, por exemplo, nobre Líder do governo, concorrer uma eleição sem saber se pode chegar até o final com a condição natural. E isso ocorreu este ano em vários municípios da Bahia, onde os prefeitos, com as contas rejeitadas, ficavam lutando para resolver a questão em nível de justiça e, muitas vezes, faltando 24 horas para o pleito usavam o artifício da substituição, onde o eleitor nem tomava conhecimento em quem efetivamente estaria votando no dia da eleição.

Isso é uma estupidez. Não pode ocorrer esse tipo de coisa. A Justiça, no mínimo, deveria ter mais celeridade para julgar esses casos em particular, porque não é possível que o eleitorado vote no dia da eleição sem saber em quem realmente está votando. É uma situação que deixa perplexo qualquer país do mundo, e no Brasil continua acontecendo, em razão de os legisladores em nível federal não terem tido cuidado de votar uma reforma política que possa permitir balizar as eleições nesse país. De forma que fica aqui nosso registro que realmente não concordamos com esse tipo de coisa e isso não pode continuar ocorrendo no nosso País.

Vejam também casos como os que relatei aqui desta tribuna seis, oito meses atrás, e o nobre deputado Waldenor Pereira tem conhecimento disso, das manobras políticas que se fazem neste País. Por exemplo, no município de Ribeirão do Largo tivemos um caso gritante, em que o presidente da Câmara, querendo tornar inelegível o seu irmão, que já se sabia de antemão que tinha um potencial político para se eleger prefeito, reúne a Câmara de Vereadores e propõe eleger presidente da Câmara o irmão daquele que poderia ser o prefeito vitorioso e posteriormente forjar um mandato de prefeito por um período de um mês. Simplesmente o prefeito se sentiu doente, entendeu, deputado Bira Coroa, o vice disse que também não podia assumir porque estava doente, e assim assumiu o presidente da Câmara por um período de 30 dias para que realmente justificasse a não-continuidade da família no mandato de prefeito. Assim foi feito realmente.

Com o aparte do deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Deputado, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e por estar evocando um tema que deve ser muito bem debatido nesta Casa, sobre o qual precisamos tomar posição.

Temos situações como a da cidade de Itanagra, aqui muito próxima, onde um quadro muito parecido se configurou. O prefeito coloca a esposa para ser candidata quase na reta final, mesmo tendo conhecimento de que ela não tinha condição. Segurou até o último momento e depois colocou – nós podemos até assim intitular – um laranja, rotulou uma pessoa para entrar para ser eleita sem sequer configurar uma opção do eleitor, já que, ao teclar-se o número, não era a imagem dela que aparecia porque não houve tempo hábil para a mudança, neste caso, 24 horas, e o

surpreendente é que o Tribunal registrou uma candidatura de uma pessoa que, além de ser mulher do prefeito atual, nem sequer tinha o título no município. Estava cancelado. No dia da eleição, ela foi votar e o título dela estava cancelado. Isso é um absurdo, e o Tribunal Eleitoral não pode estar pagando esse mico e levando a descrédito um setor tão estratégico, importante para a manutenção da democracia do nosso Estado, como estamos vivenciando.

Parabéns, deputado.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, e continuando devo dizer que realmente é gritante esse tipo de coisa. Voltando, nobre deputado Waldenor Pereira, ao caso de Ribeirão do Largo, o irmão do presidente da Câmara terminou concorrendo, mesmo assim, ao mandato de prefeito, ganhou a eleição em Ribeirão do Largo e agora está lutando na Justiça para ver se realmente poderá ser diplomado.

Fica a dúvida para o eleitor e a sociedade de um modo geral sobre quem deve assumir o mandato: o que burlou a lei, saindo da Presidência da Câmara para o mandato de prefeito no sentido de tornar o seu irmão inelegível, ou aquele que se elegeu em uma eleição limpa, tranqüila, até enfrentando a dificuldade da fragilidade da sua eleição, porque a população toda dizia que ele estava inelegível e não podia concorrer porque o irmão foi prefeito. Mesmo enfrentando essas dificuldades políticas, o Paulo Luz terminou se elegendo prefeito e hoje pode acontecer que o irmão que forjou tudo isso possa realmente sentar na cadeira de prefeito.

Isso é um absurdo, não pode e não tem lugar neste País, como diz o presidente Lula. Ele diz que este País precisa abolir definitivamente esse tipo de manobra política, porque o povo não agüenta mais e, democraticamente, isso é absurdo.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei pelos 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, saudar o prefeito de Vitória da Conquista, nosso companheiro José Raimundo Fontes, aqui presente e que está concluindo um mandato reconhecido como um dos melhores mandatos de todo o Brasil.

Basta dizer que o *Gazeta Mercantil*, jornal conceituado e de circulação nacional, concedeu recentemente ao prefeito José Raimundo o prêmio por ser o administrador/gestor de município mais dinâmico do Nordeste do Brasil e por ser o gestor do 10º município de maior dinamismo econômico do Brasil. Portanto, a presença do companheiro José Raimundo aqui nesta Casa Legislativa é motivo de satisfação e honra para todos nós, de acolher um administrador do quilate, da

qualidade e do compromisso do nosso valoroso prefeito de Vitória da Conquista e que elegeu o seu sucessor, o companheiro Guilherme Meneses, para permitir que o nosso Partido dos Trabalhadores, em Vitória da Conquista, assuma agora o quarto mandato. É o reconhecimento da sociedade conquistense pelos avanços que a cidade experimentou com o modo petista de governar.

Em segundo lugar, rapidamente, deputado José Nunes, queria responder a V.Ex^a de que existe uma legislação no Brasil, aprovada inclusive pelo Congresso Nacional, que impede que parentes de dirigentes públicos, no caso especial que V.Ex^a destacou, um caso de prefeito, mas também de governador e de presidente, de não concorrer a pleitos eleitorais se algum parente, até o segundo grau, se não me engano, tiver assumido, por algum período, a gestão do município, do Estado ou na União.

Temos um caso emblemático nesta Casa Legislativa, em que o nosso companheiro, presidente, Marcelo Nilo, já exerceu o mandato de governador por diversas oportunidades, inclusive feito esse foi elogiado e destacado por todos nós como um momento importante vivido pelo Legislativo Baiano, de ter podido assumir, por diversas oportunidades, o governo do Estado da Bahia.

Portanto, não quero entrar no mérito da caracterização que V.Ex^a fez a respeito do acontecido nesse município, onde somos votados, tanto eu como V.Ex^a, mas existe uma lei que impede que candidatos, irmãos, primos, etc, de até segundo ou terceiro grau, se não me falha a memória, estejam impedidos. Essa lei existe. Ora, o presidente da Câmara, do Congresso Nacional, não vai deixar de assumir, ainda que temporariamente, a função honrosa de prefeito, governador ou de presidente da República, pressupondo, especulando que o seu irmão, seu cunhado, primo, etc, pretenda ser candidato a prefeito, a governador, a presidente da República. Ora, aí, nesse caso, eu recomendaria a V.Ex^a alterar a lei e não, trabalhar na presunção da existência de um simulacro a respeito dessa ou daquela candidatura.

O Sr. José Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Vou pedir desculpas a V.Ex^a, porque vou tratar de um outro assunto importante, mas não poderia deixar de fazer esse rápido destaque de que a lei existe para preservar exatamente o contrário, para impedir que o parente, o irmão, o cunhado e etc. possam ser candidatos e se beneficiar da condição do seu parente ter sido prefeito, governador ou Presidente da República.

O Sr. José Nunes:- V.Ex^a não me concedeu o aparte.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Não concedi o aparte a V.Ex^a, ainda que V.Ex^a tenha tratado do assunto, respeitosamente, estou dando a minha versão citando como exemplo o deputado Marcelo Nilo. Como governador do Estado um irmão seu está impedido a concorrer aos cargos de governador ou vice pelo fato dele ter assumido.

Ora, não se pode trabalhar na presunção ou pressuposto, na existência de um simulado, planejado antecipadamente. Mas também não quero ser deselegante com V.Ex^a. Gostaria também de tratar rapidamente de uma questão que aqui fora tratada pelo deputado Gildásio Penedo. Aliás, não é a primeira vez. Tenho a impressão que ele está meio desorientado com o resultado eleitoral, pois seu partido que era detentor

de quase 200 prefeituras se viu reduzido a participação para- se não me engano- 41 prefeituras.

Em âmbito nacional também as perspectivas são bastante reduzidas, aliás, já foi apresentado um resultado preliminar pelo Tribunal Superior Eleitoral que dá conta da redução substancial da participação do DEM, Democratas, no resultado eleitoral do último pelito de 5 de outubro, naqueles municípios que concluíram o processo no 1º turno. Por isso o deputado Gildásio Penedo nos traz uma notícia requeitada, nos traz para apreciação uma informação a respeito da dispensa de licitação que, já provamos e comprovamos, em diversas oportunidades que os governos apoiados pelo nobre colega deputado utilizaram desse instrumento de compras em volume de recursos bastante superior ao governo Jaques Wagner.

Inclusive organizamos uma entrevista coletiva, da qual participei com os Secretários da Fazenda e de Relações Institucionais, onde mostramos e comprovamos para a imprensa- ano a ano- que o volume de recursos destinados pelos governos Paulo Souto, César Borges etc. representaram volumes muito superiores no processo de licitação ao que o nosso governo Jaques Wagner está utilizando. Portanto, estamos utilizando desse instrumento dentro desse patamar perfeitamente aceitável. Aliás, um grande volume de recursos dentro da própria legislação que permite a realização de compra de despesas com dispensa de licitação até determinado limite, naturalmente para permitir maior agilidade para administração pública. Trata-se de um assunto requeitado sem embasamento de informação que nos permita um debate de melhor qualidade a esse respeito.

Mas, gostaria- dando o troco ao deputado Gildásio Penedo- de dizer que o nosso governo Jaques Wagner até o mês de agosto, comparativamente com o segundo ano do governo Paulo Souto de 2004 até o mês de agosto, já realizou percentualmente bem mais do ponto de vista da execução orçamentária do que o governo apoiado pelo nobre colega Líder da minoria. E gostaria de destacar rapidamente algumas funções que são as mais importantes e que revelam quanto nosso governo está portando de recursos mais do que o deles. Por exemplo, segurança pública que é uma função extremamente criticada e alvo de muitos debates nesta Casa legislativa, o nosso governo até agosto destinou 58,32%, o governo deles havia destinado 53,8%. Saúde: o nosso governo realizou 59,4. E o governo deles, 58,4; Educação: o nosso governo realizou 58,65, e eles realizaram 50,08.

Eu poderia apresentar outros dados aqui que são estarrecedores. Do ponto de vista comparativo, a execução orçamentária do governo Jaques Wagner foi muito superior à do governo Paulo Souto em períodos comparativamente respectivos, os 8 primeiros meses do 2º ano de governo de Paulo Souto e os 8 primeiros do 2º ano do governo Jaques Wagner.

Portanto, na sessão de amanhã, voltaremos a debater, com maior cuidado, com maiores detalhe essas informações, que são fundamentais, para que os telespectadores e a população que nos acompanha, através da internet, possam ser devidamente informados a respeito do assunto e das discussões desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Concluindo, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de V.Ex^a, já que fomos...

Agradeço pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Bira Coroa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

A Secretaria da Mesa informa a presença de 5 (cinco) Srs. Deputados, número insuficiente para continuidade da sessão. Portanto, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*